

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 1

Aos dezassete dias do mês de Julho, do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente o Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Mangualde, via videochamada, sob a presidência do Dr. António Agnelo Almeida Esteves de Figueiredo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um – Plano de organização do ano letivo de 2020.2021: análise e votação;---

Ponto dois – Relatório dos resultados escolares da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário: análise;-----

Ponto três – Relatório do Plano de Atividades: parecer;-----

Ponto quatro – Relatório das AEC: análise;-----

Ponto cinco – Relatório da EMAEI: análise;-----

Ponto seis – Relatórios Técnico-pedagógicos das crianças Márcio Lopes Rodrigues, Rodrigo Filipe Marques Jesus e Daniela Costa Félix, todos do J.I. S. Julião: audição nos termos do ponto 4, do art.º 22º do D.L. nº 54/2018, de 6 Julho;-----

Ponto sete – Relatório de Cidadania e Desenvolvimento;-----

Ponto oito – Outros assuntos;-----

Ponto nove – Relatório do Projeto STEM: análise.-----

Estiveram presentes todos os conselheiros.-----

Por proposta da conselheira Ana Paula Ferreira, foi acrescentada a análise do Relatório do Projeto STEM, constituindo assim o ponto nove da ordem de trabalhos.-----

Após esta inclusão, a reunião teve o seu início através da análise do Plano de organização do ano letivo de 2020.2021.-----

A conselheira Odete Peixoto questionou se o Jardim de Infância de S. Julião irá funcionar na ACO. Depois da resposta afirmativa do Sr. Diretor, a mesma mostrou a sua preocupação na junção das 6 salas da EPE no mesmo edifício, uma vez que é precisamente nesta fase etária que não existe a regra de afastamento nem, o uso de máscaras. Alerta ainda para a dificuldade acrescida na hora do almoço e no período das Atividades de Apoio à Família, onde corremos o risco de juntar até 75 crianças, mesmo com a distribuição do grupo, em dois espaços distintos. Assim sendo, não conseguiremos cumprir as medidas estratégicas, estipuladas no Plano de Organização para o próximo ano letivo. O Sr. Diretor referenciou que a CMM irá aumentar o refeitório e o espaço da Biblioteca funcionará como sala para as atividades das AAAF. Se for um número significativo de crianças inscritas nas AAAF, funcionarão também os espaços das salas das atividades letivas. Neste caso, a conselheira lembrou a necessidade de reforço na parte dos recursos humanos. A

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 2

conselheira Odete Peixoto relevou a importância dos termómetros infravermelhos sem contacto, em todos os Jardins de Infância, principalmente nos que têm muitas crianças ou naqueles que estão juntos com o 1º CEB., ao que o Sr. Diretor disse ser de sua intenção, que todas as escolas e J.I. tenham esses termómetros.-----

A conselheira Alice Pinharanda, em representação do departamento curricular do 1.º ciclo, apresentou a proposta das aulas presenciais (previstas no cenário B) se realizarem durante o período da manhã, uma vez que os alunos apresentam uma maior capacidade de trabalho e de atenção. Foi ainda proposto, caso fosse possível, a dispensa do visionamento das sessões do #EstudoEmCasa da RTP Memória, em virtude de não permitirem ao professor a liberdade na gestão do planeamento pedagógico e a respetiva adequação aos contextos escolares próprios de cada turma. Em relação à carga horária letiva semanal do 3.º e 4.º anos, a mesma conselheira sugeriu que as duas horas que faltam para completar a componente letiva do docente titular de turma (de vinte e cinco horas), fossem lecionadas em regime de coadjuvação ou de apoio a outra turma da mesma escola (no caso das EB1 das freguesias, o docente titular de turma lecionaria as duas horas ao 1.º e 2.º anos). Finalmente e em relação à Oferta Complementar do 1.º e 2.º anos foi proposto que a mesma incidisse sobre "Caligrafia e Ortografia" e não apenas na "Caligrafia".-----

A conselheira Maria do Céu Dias, em nome do departamento de Ciências Sociais e Humanas, preconizou a penalização dos alunos que sistematicamente mantêm as câmaras desligadas durante as aulas síncronas. Isto passará pela introdução de novos parâmetros de avaliação nas atitudes e valores. Uma maior sensibilização dos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos e na valorização desta modalidade de ensino. Referiu ainda, a importância de mais formação na *Classroom* para os docentes no início do próximo ano letivo.-----

O senhor Diretor sugeriu a introdução, no sistema de avaliação, de um item autónomo que valorize a participação dos alunos nas aulas síncronas.-----

A conselheira Anabela Pascoal destaca que os docentes do departamento Curricular de Expressões, depois de analisarem o documento, teceram um louvor pelo esforço notório na elaboração do mesmo. Com a clarificação por parte da colega Ana Teresa Beja, enquanto elemento da direcção, de algumas questões surgidas, entre elas de que este documento sofreria as alterações necessárias, o entendimento do documento foi bastante facilitado. De salientar apenas uma preocupação referente à alteração dos tempos horários de 50 para 45 minutos. Perguntou-se se as disciplinas que perderam carga horária aquando da passagem

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 3

para os 50 minutos, recuperarão agora a hora perdida. O presidente da reunião informou que as disciplinas voltarão a ter a carga horária prevista.-----

A conselheira Fátima Pais defende o aumento da carga horária semanal à disciplina de português, no décimo ano, passando para cinco blocos semanais, tendo em vista a necessidade de trabalhar mais profundamente os domínios da oralidade e da escrita, o que exige um acompanhamento mais individualizado do trabalho realizado pelos alunos, bem como mais momentos de treino, o que é inviabilizado pelo número excessivo de alunos por turma e pela reduzida carga horária. Com efeito, no décimo ano, é fundamental consolidar as aprendizagens realizadas ao longo do ensino básico, mas é necessário colocar os alunos perante textos de complexidade crescente, os quais deverão ser compreendidos para que se possa inferir a sua intenção comunicativa e avaliar a sua eficácia (comunicativa): além disso, deverá haver momentos de treino que habilitem os alunos a utilizar uma expressão oral correta, fluente e adequada às diversas situações de comunicação. No domínio da escrita, não é possível que os alunos atinjam o domínio de processos, estratégias, capacidades e conhecimentos para a escrita de textos de diversos géneros, com vista a uma diversidade de objetivos comunicativos, se estes não forem trabalhados na sala de aula. O investimento destes domínios é fundamental para que os alunos adquiram um conjunto de "competências que são fundamentais para a realização pessoal e social de cada um e para o exercício de uma cidadania consciente e interventiva, em conformidade com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória." Esta solicitação recolheu o assentimento do presidente da reunião, salvaguardando apenas que a sua inclusão no desenho curricular da disciplina está dependente do crédito horário atribuído à escola. Continuando a usar da palavra, a conselheira referiu que, a exemplo do que já existe nas disciplinas da área das ciências físico-naturais (para a realização de trabalho experimental), as assessorias de francês e de inglês solicitam que, nas disciplinas de língua estrangeira dos 2º e 3º ciclos, seja permitido o desdobramento semanal das turmas (1 bloco de 45 minutos por disciplina) para desenvolver com mais eficácia as competências de interação e de produção oral. Dada a heterogeneidade das turmas, com níveis de proficiência díspares, os turnos deverão ser, sempre que possível, constituídos por alunos com níveis de proficiência semelhantes (selecionados por acordo entre os professores titulares de inglês e de francês de cada turma, no 3º ciclo). Se o crédito horário atribuído à escola não comportar a aplicação desta medida a todas as turmas dos 2º e 3º ciclos, deverá ser prioritária a sua aplicação às turmas dos 6º e 8º anos por se considerar terem sido estes os anos mais prejudicados pela ausência de

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 4

interação presencial professor/aluno e aluno/aluno. Esta interação é fundamental para a apropriação progressiva das regras do sistema e do seu funcionamento num crescendo de adequação e fluência. A presente proposta obteve parecer favorável do Senhor Diretor, desde que exista crédito horário, uma vez que é uma medida cara.-----

A conselheira Ana Paula Ferreira, coordenadora do departamento de ciências experimentais e matemática, partilhou com os presentes algumas dúvidas que o documento suscitou em reunião de departamento, nomeadamente no que diz respeito à assiduidade dos alunos e professores em contexto familiares de risco, higienização de salas e atividades de enriquecimento curricular. No que diz respeito à assiduidade cumpre-se a lei vigente. A higienização de salas será cumprida e as atividades de enriquecimento curricular devem ser planificadas por grupo turma. De seguida, apresentou um conjunto de propostas curriculares nos domínios da avaliação diagnóstica, planificações, apoio discente, coadjuvação em sala de aula e criação de equipas multidisciplinares para preparação de materiais pedagógicos de suporte digital. Os presentes foram recetivos às mesmas, mas a operacionalização das mesmas ocorrerá de acordo com os recursos disponíveis e contexto pandémico vivenciado na altura.-----

O conselheiro Júlio Costa, interpelou o senhor Diretor sobre a possibilidade de dividir, em turnos, as turmas do ensino básico na disciplina de TIC de modo a que possa ficar um aluno por computador, permitindo o maior distanciamento possível entre alunos. No mesmo sentido solicitou que fosse tida a mesma atenção em relação à disciplina de Educação Tecnológica. Em resposta, o senhor Diretor afirmou ser essa a intenção da Direção.-----

A conselheira Teresa Beja reforçou as palavras do conselheiro Júlio Costa relativamente às preocupações com a disciplina de TIC e questionou o diretor sobre o funcionamento das bibliotecas escolares no próximo ano, tendo o diretor referido que seria bom que, quer na unidade fabril, quer no antigo colégio se mantivesse o acesso dos alunos aos recursos das bibliotecas.-----

O conselheiro Hermínio Pina concorda, na globalidade, com as medidas propostas, sugerindo apenas algumas pequenas correções atinentes às designações das áreas das atividades de enriquecimento curricular.-----

Destaca-se o facto de alguns departamentos terem elogiado este documento organizativo do próximo ano letivo tendo o mesmo, após análise, sido votado e aprovado por unanimidade.-----

No ponto dois, o conselho pedagógico encara com alguma satisfação os resultados

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 5

alcançados.-----

Relativamente ao ponto três, o conselho pedagógico considera que as atividades desenvolvidas foram as possíveis perante o quadro de pandemia vivido.-----

No ponto quatro, o coordenador das AEC referiu que o balanço global é positivo apesar das ligeiras descidas verificadas ao nível das interações devendo-se estas, essencialmente, às dificuldades sentidas por alguns alunos no que concerne ao acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. O senhor Diretor garantiu a continuidade das áreas das AEC nos moldes em que têm funcionado.-----

No ponto cinco, relatório do EMAEI, analisou-se o trabalho que a equipa multidisciplinar fez ao longo do ano letivo.-----

No ponto seis foi ratificado o despacho de aprovação, proferido pelo senhor Diretor, referente aos Relatórios Técnico Pedagógicos das crianças Márcio Lopes Rodrigues, Rodrigo Filipe Marques Jesus e Daniela Costa Félix a frequentarem o Jardim de Infância de S. Julião, em situação de transição ao 1.º Ciclo, e intervencionadas no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão mobilizou medidas universais e seletivas do Decreto-Lei 54/2018, que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem.-----

No ponto sete foi apreciado o relatório de Cidadania, apresentado pela conselheira Teresa Beja, o qual focou essencialmente os resultados obtidos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento lecionada no 2º e 3º ciclos. Constatou-se que a disciplina apresentou uma taxa de sucesso elevada (98,4%) sendo realçada a predominância de níveis quatro e cinco em todos os anos de escolaridade, os quais representam a maioria dos níveis atribuídos. A docente considerou que o trabalho desenvolvido tem sido positivo e que os alunos, de um modo geral, gostam da disciplina, pois aborda assuntos atuais e lhes possibilita discutir ideias com os pares e trabalhar sobre os temas de uma forma mais prática. Como sugestões de melhoria, a conselheira considerou que seria uma mais-valia se os alunos pudessem ter acesso às salas de informática nas horas da disciplina, dado que se pretende que as aulas sejam essencialmente práticas, privilegiando-se o trabalho de pesquisa, seleção e produção de informação em vários suportes, pelo que os meios tecnológicos são relevantes. Considerou igualmente positivo que se mantivesse, na medida do possível, o corpo docente com quem tem trabalhado. A finalizar, agradeceu aos colegas João Carlos Alves que tem realizado a assessoria do 2º ciclo, ao colega, Ricardo Oliveira que fez a assessoria do ensino secundário e à colega, Alice Pinharanda que estabeleceu a ligação ao

**ESCOLAS DE MANGUALDE**  
**Ata do Conselho Pedagógico N.º 9 – 2019/2020**

Página 6

1º ciclo.

No ponto oito, outros assuntos, o conselheiro Júlio Costa manifestou a sua preocupação relativamente às atuais condições das instalações do bloco de aulas oficinais da ESFA cujas infiltrações de água da chuva, que não são de agora, se têm agravado estando a degradar completamente as instalações e a pôr em causa a salubridade das mesmas. A conselheira Fátima Pais, perante o "uso abusivo do telemóvel", questionou a possibilidade da existência de um equipamento/recipiente depositário dos mesmos em cada sala de aula, sobretudo para os sétimo e oitavo anos de escolaridade. Sugestão esta que teve a anuência dos presentes.-----

No ponto nove, a coordenadora do departamento de ciências experimentais e matemática apresentou o Relatório de Atividades 2019/2020 da Academia@STEM de Mangualde, ressaltando as atividades interdisciplinares desenvolvidas e a abrangência das mesmas na resolução de problemáticas atuais e locais. Igualmente referiu a avaliação positiva efetuada à globalidade do projeto e os seus contributos para a Autonomia e Flexibilidade Curricular por um conjunto de peritos da educação, das quais se destaca o professor Vitor Teodoro, da Universidade Nova de Lisboa, professor Jaime Carvalho e Silva, da Universidade de Coimbra e Dra. Cristina Palma da DGE. Como principais constrangimentos à articulação curricular, o relatório destaca o elevado número de turmas em cada ano de escolaridade e o elevado número de docentes da mesma disciplina a lecionar o mesmo nível de escolaridade.-----

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta e vai ser assinada nos termos da lei. -----

O Presidente: António Agnelo Almeida Esteves de Figueiredo

O Secretário: Hermínio Manuel Monteiro Pina